

Fiscais reprimem invasão de área pública

ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA AGE COM RIGOR CONTRA OCUPAÇÕES IRREGULARES FEITAS PELO COMÉRCIO NO PLANO PILOTO. DUAS LOJAS TIVERAM CONSTRUÇÕES DEMOLIDAS

Denise Arruda

As reclamações nas quadras comerciais de Brasília são constantes. Os lojistas acham injusto algumas lojas terem o direito de pagar para ocupar área pública. Hoje, quem solicita à Administração de Brasília algum metro quadrado além do que lhe é de direito recebe a notícia de que não há possibilidade de concessão de área pública desde maio de 1999. Mesmo assim, a Asa Sul e a Asa Norte somam 80% de área pública invadida há mais de três anos.

A quarta-feira de cinzas foi marcada pela atuação da Administração de Brasília. Na quadra 305 Sul, foram demolidas as áreas invadidas por duas lojas. Por isso, a discussão dos lojistas com a administração veio à tona.

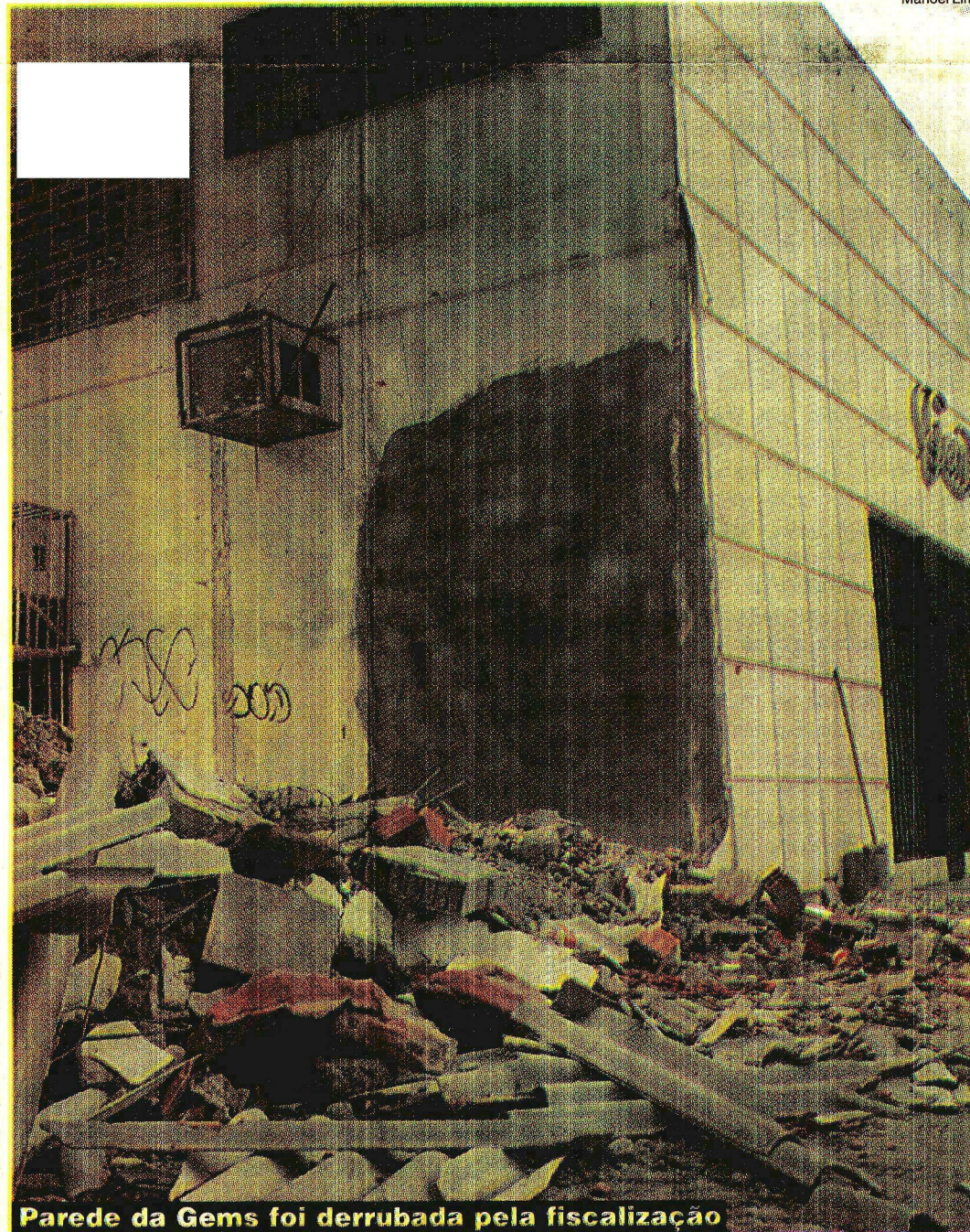
O administrador de Brasília, Antônio Gomes, explicou que esse tipo de invasão é crime e que algumas lojas já pagavam para ocupar esses locais, pois antes não havia fiscalização para evitar essa prática. "Algumas lojas pagam, mas isso não significa que a situação delas esteja legalizada".

Silvana Rosa, dona da loja Gems, na 305 Sul, teve as paredes da loja que ocupavam áreas indevidas demolidas. "Não consigo entender o que leva a Administração a dar privilégios para alguns lojistas. Tentei du-

rante dois anos a ocupação legal do espaço e não tive retorno".

Segundo o administrador, existe um decreto que permite a ocupação de até seis metros, sem construção. Porém, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pela fiscalização de áreas tombadas no Brasil, enviou um ofício à Administração pedindo a suspensão da licença de ocupação de áreas públicas até que estudos da expansão no Plano Piloto fossem concluídos. "Por esse motivo, as lojas que já ocupavam áreas públicas não podiam ser demolidas e hoje não permitimos mais o pagamento para o direito de ocupação", afirmou o administrador.

Antônio Gomes enfatizou ainda que a administração não vai mais permitir esses abusos. "As pessoas acham que não serão punidas ao invadirem as áreas públicas. E quando a construção é realizada às escondidas, a administração nem avisa o proprietário, pois a notificação não é obrigatória. Nesses casos, a atuação é mais rígida". A Administração de Brasília trabalha com fiscalização sistemática e com denúncias feitas pela própria comunidade. Antônio Gomes acrescenta: "Os brasilienses têm consciência da importância de combater essas invasões e contribuem cada vez mais com a fiscalização".



Manoel Lira

Parede da Gems foi derrubada pela fiscalização

BAR LEGAL

Pouco Espaço paga ao governo

Há quatro anos Selério Lamb apostou na cerveja para atrair a freguesia do seu modesto estabelecimento, na 304 Sul. Com o menor preço do mercado brasiliense, o bar e restaurante ficou tão cheio que a clientela reclamava: "Tem pouco espaço". Então, para caracterizar o novo estilo do bar, antes conhecido por Don Sebastian, Selério atribuiu ao local o nome Pouco Espaço.

Parece até brincadeira, mas o Pouco Espaço também ocupa uma área destinada à população e, mesmo assim, a loja continua pequena. São aproximadamente 80 metros quadrados de área invadida que Selério Lamb paga para utilizar. "Este espaço foi ocupado há, no mínimo, 15 anos. Eu estou aqui desde 1998 e, em 1999, quando foi feita a renovação do alvará, o aluguel daqui passou a incluir a Taxa de Ocupação e de Fiscalização, pagas para o governo", justificou.

A área pública ocupada pelo bar comporta, no máximo, 150 pessoas. "Se meu bar não tivesse esse espaço, seria impossível trabalhar. Afinal, os 35 metros quadrados da loja compreendem a cozinha e o atendimento ao cliente", informou Selério. Por ano, o dono do Pouco Espaço paga, em média, R\$ 3,4 mil para oferecer o pouco espaço que tem aos seus clientes.